

Alfredo Pimenta e o centenário do nascimento de D. António Bento Martins Junior

Braga celebrou, a 5-5-81, com imenso carinho, o centenário do nascimento de D. António Bento Martins Júnior, arcebispo de Braga. Ora, ao escrever meia dúzia de páginas acerca do ilustre prelado, não me foi possível, por falta de espaço, dar conta da sua actuação, como arcebispo de Braga, em problemas doutrinários, que tivessem caído sob a alçada do seu magistério (1).

Sem dúvida que, entre esses problemas ou casos, o de Alfredo Pimenta é o prioritário. O ilustre investigador é figura de proa no domínio da cultura entre nós. E no encontro — ou desencontro... — das suas ideias com a doutrina do magistério da Igreja. Bastaria lembrar a polémica com o bispo de Bragança. O seu fideísmo. A propósito deles escreveu: «A política do Centro Católico» (1925) e «Do meu fideísmo» (do mesmo ano).

Responsável largos anos pelo «Diário do Minho», segui de perto esses acontecimentos e, por isso, talvez seja curioso referir-me a Alfredo Pimenta e suspostas crises em face do magistério da Igreja.

Alfredo Pimenta, natural de Guimarães, ali indo passar as férias, era súbdito de Braga. D. António, se fosse caso disso, era obrigado a intervir para anotar qualquer desvio doutrinal em relação com os princípios da Igreja ou da sua doutrina. Que saibamos, nunca o fez. Nem sequer em relação ao «Diário do Minho», ao contrário de outros acontecimentos, como, para apenas citar um, o «Non sum dignus», de Antero de Figueiredo. A pedido de D. Agostinho, sugeriu ao «Diário do Minho» que tomasse posição face ao romance, contestando-o.

Mas, antes de passar à frente, chamamos a atenção do leitor para três aspectos: o 1.º, desde o Marquês de Pombal que não temos teólogos. Bastaria citar o Vaticano I e II, assim como a

(1) No centenário de D. António Bento Martins Júnior, A. Luís Vaz, 1982.

atitude episcopal face ao liberalismo e à República de 1910. Ora, não havendo teólogos — e já dizia o lente da Gregoriana a alunos portugueses: «Vocês, que, inflizmente, não tiveram heresiarcas»... — não havendo teólogos, nem bispos teólogos, o magistério é inseguro, radical, sempre com medo de pisar o risco, mais papista do que o papa... O 2.º: eu não pretendo fazer juízos de valor, muito menos comentários. Limito-me a notas jornalísticas, deixando ao leitor o cuidado de tirar delas as ilações, que achar convenientes. O 3.º: Alfredo Pimenta era um convertido. Como tal, violento, extremista, agressivo, e, porventura, sem luz bastante debaixo do ponto de vista teológico-bíblico para analisar assuntos controversos e sobre eles se pronunciar.

Isto posto, vamos aos factos. São apenas três: a polémica Alfredo Pimenta versus Magalhães Costa, o suposto repúdio de escritos ou atitudes à hora da morte, e nota da Cúria Patriarcal a seu respeito.

Era muito novo quando fui trabalhar para o «Diário do Minho». Dirigia o «Correio do Minho», um jornalista fegoso, Manuel Araújo, turbulento e vivo, nacionalista cem por cem, muito próximo do integralismo, se é que não militava nessa corrente, a mais brilhante e activista da época.

Devido às suas relações, convidava para escrever no seu jornal alguns dos espíritos mais brilhantes da época, entre eles, Alfredo Pimenta, sobretudo quando vinha para férias em Guimarães, na Casa da Madre de Deus.

Por clubismo jornalístico, dois diários na mesma cidade, Braga era então mais aldeia do que cidade, por força haviam de se empenhar em refregas nem sempre amáveis e incruentas. Logo que assumi lugar de chefia no «Diário do Minho», tentei acabar com essas brigas, que nada justificava quaisquer que fossem as razões alegadas para as acirrar. A tentativa de paz e convívio resultou, vindo a merecer o aplauso de D. António (2).

Meses antes, o director do «Diário do Minho» e Alfredo Pimenta haviam-se maltratado às escâncaras, terçando armas ao nível um do outro, qual deles se desafiando a quem mais polémico...

Notei que D. António, sempre atento ao dia a dia do jornal, não interveio. Nem a favor, nem contra. Nunca me falou nisso. Tampouco o director, Magalhães Costa, nisso me falou. Ignoro,

(2) D. António Bento Martins Júnior — Obras — Vol. II — Braga, 1962, p. 486.

portanto, o que o ilustre prelado pensava a respeito do caso, mas surpreendeu-me que não tivesse tomado partido, ao menos em particular, pelo director do jornal da diocese, do seu jornal.

Espírito arrebatado, duma cultura invulgar, pena de aço, acutilante e rápida, Alfredo Pimenta era lutador impiedoso, invencível. Numa terra e num país, onde a Teologia não era assás aprofundada e conhecida, uma inteligência como a de Alfredo Pimenta, ainda que sem preparação teológico-bíblica, era de temer.

Adiante, já que não é meu propósito demorar-me nestes aspectos, pois só de raspão e jornalisticamente me ocupo deles.

Anos mais tarde, a caminho de Lisboa, no rápido da noite, o sacerdote que teria assistido a Alfredo Pimenta na doença, de que veio a falecer, dir-me-ia, alto e sonoro, de modo que toda a carruagem ouviu, que tinha persuadido o ilustre escritor a repudiar tudo quanto havia escrito, digno de censura.

Não gostei que o dissesse, sobretudo em voz alta. Por vários motivos. Entre outros, porque, antes do Vaticano II, o ilustre finado procedera de harmonia com o Decreto sobre a Liberdade Religiosa deste concílio, porquanto, ao que suponho, agira na convicção de que era aquela a verdade, a sua verdade (3).

A segunda: aquando da actuação da Cúria Patriarcal em relação a Alfredo Pimenta, D. António não deu qualquer orientação oficial para o «Diário do Minho». Ora ele era canonista profundo e seguro. O incidente limitava-se, ao que julgo, a Lisboa, por ali ficando.

E ainda bem. Poderia ter-se repetido o incidente da «Action Française», ainda que simples reflexo dela, uma espécie de mini-«Action Française».

Repito que não desejo tomar partido num assunto, que exigiria análise de pormenor e de circunstâncias, as mais díspares e seguras. Cinjo-me a factos. Ora o facto é este: que saibamos, D. António não tomou quaisquer providências, nem sequer recomendando ao «Diário do Minho» que contestasse princípios ou atitudes do polémico escritor.

Daí que, ao longo de anos, o país assistisse a uma tomada de posição da Cúria Patriarcal, que não veio a ser seguida pelas demais. Isolada, tal posição correria o risco de ser contestada precisamente pelo facto de estar isolada. Em relação a Braga, com maioria de

(3) Sinopes — documentos conciliares Vaticano II, Braga, 1968, p. 394 e sgts.

razão, porque Alfredo Pimenta era súbdito da diocese. Se houvesse perigo para os leitores de Alfredo Pimenta, D. António deveria ter intervido, o que não aconteceu.

Se fosse depois do Vaticano II, a decisão teria de seguir os seguintes trâmites: 1.º, fazer um apanhado das ideias ou princípios defendidos por Alfredo Pimenta «contrários» ao pensar e sentir da Igreja; 2.º, convidá-lo a explicar qual o sentido que lhes dava, se de facto opostos à doutrina revelada ou do Magistério; 3.º, se persistisse na teima de sustentar ideias ou princípios contrários à fé ou à doutrina do Magistério, então, sim, é que uma nota oficial advertiria os fiéis sobre os riscos em perspectiva.

Aliás isto é o mínimo dos mínimos, desde sempre exigidos bíblicamente para uma condenação ou sentença. Estou a lembrar-me da casta Susana. Ou do julgamento de Jesus. Os tempos eram outros e não vale a pena demorar-nos a referi-los, o que não quer dizer que tanto quem proferiu a sentença como quem dela foi vítima não tivessem sofrido e muito.

A obra de Alfredo Pimenta terá que ser vista na totalidade. O pormenor terá que ser visto no conjunto. Uma dissonância é sempre uma dissonância, mas não um todo. Uma vida. Uma ideologia. Uma doutrina. Estas terão que ser estudadas nos livros que mais directamente a elas se referem. Ora a história de Portugal e os escritos específicos de Alfredo Pimenta, globalmente, são positivos. Com as reservas a fazer a um convertido e a um autodidata. A um escritor cultíssimo, mas não especializado em teologia ou Bíblia, mas quem o era — ou é ?... — entre nós?

Quem escreveu o soneto que vamos transcrever a seguir é um crente da melhor estirpe, medularmente fiel às verdades mais cristalinas da Fé. Da sua Fé.

Não posso concluir estas linhas sem referir dois casos. O 1.º: ao fazer a crítica à 2.ª edição de «A Idade Média», do Cardinal Cerejeira, Alfredo Pimenta fez-lhe os mais rasgados elogios, apesar, disse, de as suas relações com o autor não serem as melhores. Mesmo agravado, fazia justiça. O 2.º, a conferência feita aqui, em Braga, notabilíssima e só possível como fruto duma inteligência privilegiada ao máximo.

Testamento de Alfredo Pimenta e poesia a Nossa Senhora.
Fecho de ouro deste artigo, será o testamento do saudoso

finado, que transcrevemos (4): «Este é o meu testamento que desejo se cumpra tão inteiramente como nelle se contem.

Nasci na Igreja Catholica Apostolica Romana. Della me desviei na mocidade; a ella regressei mercê da Graça de Deos. Quero morrer nella — crendo tudo quanto ella ensina, reprovando tudo quanto ella rejeita.

Se eu morrer em Lisboa onde, por todos os motivos, não desejo ficar, peço aos meos amigos políticos e pessoais que façam tudo para que eu vá descansar à sombra das arvores da minha terra, e embalado pelo sussurro dos pinheirais da minha terra.

.....

Peço a minha mulher, aos meos filhos, aos meos amigos, aos meos adversários e aos meos inimigos perdão do mal que lhes fiz, dos desgostos que lhes dei, e das injustiças que para com elles commeti».

A poesia.

Para meos filhos:

Em frente á minha casa, há uma capela,
Com adro e alpendre, adonde eu vou rezar
À Senhora que vive dentro dela,
E é a Nossa Senhora do lugar.

Às noites, uns minutos á janela,
Demoro-me, sòzinho, a conversar,
Humildissimamente, com Aquela
Que é a doce protectora do meu lar.

E o que todas as noites eu lhe peço,
Na infinita humildade do meu ser,
E no profundo ardor do meu orar,

É que a eterna paz de que careço,
Ma alcanceis, filhos meos, quando eu morrer
Deixando-me ao pé d'Ela repousar» (5).

(4) Alfredo Pimenta, Terceiro Livro de Estudos Filosófico e Críticos, Braga, 1958, p. 383.

(5) Idem, idem.

O que escrevi em nada diminuí o altíssimo apreço que sempre tive e tenho por S. E. o Cardial Cerejeira. Nem pretendo discutir uma atitude que ele tomou consciente e responsabilmente. E fê-lo, sem dúvida, a isso obrigado, ao menos subjectivamente, por dever de consciência. Mas, por isso mesmo, acho que é necessário a este nosso país maniqueísta — os bons só dum lado; ao outro, só os maus; aqui, os priscilianistas, mesmo só suspeitos; ali os que dizem não o ser, embora o sejam de facto; a um lado, os cristãos das Astúrias, «soldados de Cristo»; ao outro, mouros e mozárabes; daqui, os perseguidos pela Inquisição; ali, os que ela defende; a um lado, os miguelistas; ao outro, os liberais; daqui, os monárquicos ou anti-republicanos; do outro, os republicanos; a um lado, os que foram metidos nas cadeias pelo COPCON; ao outro, os do COPCON, etc., etc. — acho que é necessário que nos detenhamos um momento e, de olhos no Evangelho, tendo presente o Decreto sobre a Liberdade Religiosa, a que já me referi, nos perguntemos se só há bons dum lado e só maus do outro, ou, pelo contrário, todos somos bons e maus, ao mesmo tempo...

É que o Senhor Jesus perguntara à adúltera: — Alguém te condenou, mulher? — Ninguém, Senhor. — Então vai e não tornes a pecar.

Ou quando os Apóstolos opunham, renitentes e incrédulos: «Mas, nesse caso, Senhor»... Jesus, cheio de bondade, acudia, solícito: «Bem, por enquanto não podeis compreender». Ou: «Quem pode compreender, compreenda»... Mas nunca, jamais, precipitou no abismo dos abismos, ou afastou de si, quem se Lhe opôs, a isso obrigado pela pureza da sua consciência assim — bem ou mal... — formada...

E, essa, a consciência devidamente formada e esclarecida, é que define o Homem. Homem, com maiúscula!

A. Luís Vaz